

Verdadeiro papel do Exército Brasileiro e organização peculiar que deve ter em função das características particulares do Brasil

General de Ex. R-1 ELEFTHERIO BRUM
FERLICH



ARA podermos definir, com precisão, o verdadeiro papel do Exército e sua racional organização, devemos, preliminarmente, situá-lo dentro da realidade

brasileira encarada sob certos aspectos topográficos, climáticos, demográficos, econômicos, financeiros, culturais, sociais e administrativos que, abaixo examinaremos, resumidamente, sob o título de "características particulares da situação atual do Brasil".

I — CARACTERÍSTICAS PARTICULARES DA SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL

a) *Enorme extensão territorial apresentando grandes dificuldades de ligação entre a zona costeira (faixa litorânea) e a zona do interior.*

A presença do Serra do Mar entre essas zonas constitui verdadeira barreira à penetração para o interior. Assim, a penetração para Oeste deverá ser metódicamente organizada para que o fator topográfico não continue a entrar o desenvolvimento da zona do interior.

b) *Clima suave, sobretudo no Centro e no Norte.*

A suavidade do clima tropical não exigindo utilização de aquecimento artificial, nem muita roupa

de agasalho no inverno e por outro lado favorecendo a produção de frutas silvestres, a caça e a pesca durante todo o ano não estimula o trabalho árduo e intensivo.

c) *Corrente migratória exagerada do Norte para o Sul.*

Ultimamente, o movimento migratório do Norte para o Sul tem tomado proporções alarmantes. Esse fenômeno é justificado de um lado pelas sêcas periódicas do Nordeste e por outro pelas facilidades de trabalho oferecidas no Sul e pela propaganda, com objetivos de exploração, feita pelos proprietários de "Pau de Arara".

d) *Deficiências de vias de comunicação.*

A carência de estradas, sobretudo de boas estradas, reflete-se, prejudicialmente, na execução do transporte da produção e retarda o desenvolvimento de várias e grandes regiões férteis do país.

e) *Falta de proteção aos transportes ferroviários.*

É preciso que se proteja o transporte ferroviário, sobretudo o eletrificado. Há esbanjamento pela condução indiscriminada em rodovias que, de um lado, gera encarecimento de certas utilidades através de transporte ante-econômico e, de outro lado, favorece a evasão de divisas decorrentes do consumo de gasolina e outros materiais de importação.

f) *Insuficiência da produção de energia elétrica.*

Apesar do relativo surto de desenvolvimento das nossas indústrias, elas ainda utilizam muito o vapor (devastação das matas) e o petróleo (evasão de divisas). A insuficiência de energia elétrica acarreta, sobretudo no setor transportes, tarifas altas e dispêndio de divisas.

g) *Disseminação e má distribuição da população dentro do território.*

Só existem grandes agrupamentos de civilização na faixa litorânea; no interior há grande disseminação e, em certas regiões, ausência de população. A densidade média da nossa população é de 6,2 habitantes por quilômetro quadrado que pode ser classificada de índice muito baixo; nas regiões Norte e Centro Oeste do país (verdadeiro interior) a densidade média demográfica não ultrapassa dois habitantes por quilômetro quadrado, que é índice ínfimo.

h) *Baixo nível cultural do povo.*

Ainda estamos na casa dos 60% de analfabetos. A disseminação da população do território é um dos fatores que mais concorre para tal situação.

i) *Baixo nível eugênico da raça.*

População com alta percentagem de enfermos e subnutridos. Verifica-se a existência de mais de 50% de incapazes para o Serviço Militar. Mortalidade infantil arrasadora e decorrente, sobretudo, da subnutrição, apresentando um índice de 60%.

j) *Efervescência e indisciplina social em ascensão.*

Esboçam-se incompreensões e tendência a fortes lutas de classe decorrentes da difusão de doutrinas subversivas em ambiência propícia (miséria e analfabetismo). Inculca-se falsa noção da liberdade nas massas populares.

k) *Afrouzamento dos bons costumes.*

Observa-se um progressivo relaxamento moral decorrente das crescentes dificuldades pela sobrevivência e da verdadeira corrida ao enriquecimento rápido sem exame do seu aspecto moral (explorações de toda a sorte e corrupção).

l) *Pequenez da população ativa.*

A população ativa do Brasil, maior de 10 anos, é constituída pela metade da população total. Cerca de 30% da população ativa ou seja cerca de 1/5 da população total ocupa-se em agricultura e indústrias extrativas utilizando métodos rudimentares.

m) *Disparidade na velocidade de crescimento do volume de produção entre a indústria e a agricultura.*

Enquanto que o volume da produção industrial do Brasil elevou-se, no último decênio, de mais de 100%, no setor agrícola a elevação foi, apenas, de 27%. Verifica-se, pois, que é muito pequena a elasticidade da produção primária, particularmente, se levarmos em conta o rápido crescimento da população. Nesta produção as oscilações são muito mais violentas, o que acarreta uma inflação natural, que só pode ser diminuída com a proteção decidida e contínua no setor agrícola.

n) *Agricultura praticada por métodos retrógrados e baixo nível de produção.*

Nosso consumo cresce de 9% ao ano e a produção agropecuária não ultrapassa de 5% ao ano no seu crescimento, apesar do trabalho de 30% da população ativa nesse setor. A razão do baixo nível de produção agrícola decorre, de um lado, da falta de material moderno para desenvolvimento da mecanização da lavoura e, de outro lado, do desconhecimento da técnica adequada à produção "intensiva" ao invés de "extensiva".

o) *Situação financeira precária.*

Existe inflação crônica e avassaladora. Há insuficiência de meios produtores de "divisas" para o intercâmbio internacional e excesso de gasto de "divisas" por falta de orientação administrativa adequada.

p) *Ínfima proporção de proprietários de terras destinadas à agricultura.*

Cerca de 3/4 partes da área própria para agricultura ou pecuária acha-se em mãos de, apenas, 1.500.000 proprietários numa Nação de mais de 50.000.000 de habitantes. A proporção de proprietários de terras, em geral, é de 4% e de proprietários de terras próprias à agricultura e à pecuária é de 3% em relação ao total da população ou 10% em relação à população ativa.

q) *Área cultivada reduzidíssima.*

Atualmente, as culturas cobrem apenas, 2,3% da área total do território. Esse índice é bastante baixo. Só uma política de estímulo ao "rumo ao campo" unida a uma "colinização militar" bem organizada poderá aumentar, convenientemente, a área cultivada elevando-a para índice razoável.

r) *Baixo padrão médio de vida do povo e distribuição de renda muito desequilibrada.*

A renda média distribui-se na proporção de quatrocentos cruzeiros por pessoa. Um grupo de 5% da população auferem 50% da renda nacional. 20% dessa renda cabe ao grupo dos pequenos proprietários e pequenos industriais. Os 70% que compõe a maioria da população ativa auferem, apenas, 30%.

s) *Tendência de aridez do solo pela devastação florestal alucinante, sem o conveniente reflorestamento.*

Tem havido, nos últimos tempos, consumo anual de 100.000.000m³ de lenha. A proporção de reflorestamento tem, apenas, atingido a 0,001%. Há, pois, necessidade

de intensa propaganda e ativa execução do reflorestamento.

t) *Inexistência de tradição de trabalho.*

A falta de tradição de trabalho é muito acentuada no Brasil. Ela é conducente à carência de especialização em face da mudança contínua de profissão dos trabalhadores.

u) *Descontinuidade administrativa.*

Muitos problemas importantes deixam de ser resolvidos por falta de continuidade na orientação administrativa; outros são protelados acarretando conseqüências ruins para a coletividade.

v) *Consumo de 25% da renda da União com as Forças Armadas e, apenas 5% com o Ministério da Agricultura.*

É sabido que a manutenção das Forças Armadas é dispendiosa, sobretudo, numa Nação como a nossa, cujo território é muito vasto, exigindo grandes efetivos militares para sua defesa em desproporção com as possibilidades do erário público. Entretanto, a desproporção entre as despesas com as Forças Armadas e o Ministério da Agricultura é demasiado forte. É preciso, pois, que o Exército produza também no setor agropecuário para que se torne menos dispendioso e atenui a desproporção acima assinalada. Seria desejável que a Marinha e a Aeronáutica também cooperassem nos setores correlatos às suas especialidades, tornando-se menos onerosas à União.

Conclusões :

As características acima focalizadas são, evidentemente, as negativas e devem ser, progressivamente, reduzidas nas suas proporções aterradoras, através de acertadas, objetivas e metódicas providências tomadas pelo Governo da União em diversos setores da administra-

ção pública. É claro que para ajustar-se aos devidos termos situação precária como a acima descrita é necessário um período relativamente longo, variável com a oportunidade e acerto das medidas saneadoras que forem postas em prática. Para a obtenção de resultados positivos na luta contra os fatores negativos acima apontados, torna-se necessária a articulação e a orientação racional de todas as forças vivas da Nação. A organização da instituição armada, sob a égide da hierarquia e da disciplina é, sem dúvida, a coluna mestra que sustém o edifício da Nação, constituindo a mais poderosa das suas forças vivas. Ela deve, pois, no nosso caso, como força viva que é, cooperar no desenvolvimento da Nação paralelamente à execução da sua missão precípua de defesa do território e garantia das instituições.

II — PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Da análise dos fatores característicos que acima alinhamos e conseqüentes conclusões tiradas, podemos, agora, deduzir qual o papel geral que deve ser atribuído ao Exército para cooperar no desenvolvimento da Nação paralelamente à execução da defesa do território e à garantia das instituições, dentro dos seguintes pontos básicos:

Ponto 1 — Cooperar na Educação do Povo:

Difundindo educação moral e cívica. Cooperando na alfabetização, como já vem fazendo com os conscritos e estendendo sua ação ao meio civil através de Escolas Regimentais.

Ponto 2 — Cooperar no Problema da Eugenia da Raça:

Favorecendo o desenvolvimento físico, difundindo a racionalização da alimentação e estimulando o aperfeiçoamento da raça, através da educação física e da colonização militar (cruzamento de raças neste último setor).

Ponto 3 — Cooperar Para a Fixação do Homem ao Solo e Estimular a Pequena Propriedade:

Facilitando a aquisição da terra própria para qualquer brasileiro que o deseje. Cooperando na melhor distribuição da população dentro do território pelo auxílio na "conquista do interior" baseada na penetração progressiva e organizada na direção de Oeste por meio da "Colonização Militar de Penetração".

Ponto 4 — Cooperar na Campanha de Produção Agropecuária e de Industrialização:

Desenvolvendo, sobretudo, a policultura e o reflorestamento. Estimulando o artesanato e as pequenas indústrias. Paralelamente à instrução militar, ministrando ensino e prática obrigatórios da agricultura, pecuária, artesanato e pequenas indústrias nas unidades de tropa (constituídas em "colônias fixas") e nas "colônias militares de penetração", com o objetivo de proporcionar preparo agrônomico racional dos moços e obter produção agrícola, a fim de suprir, pelo menos em parte, as unidades de tropa e reduzir os gastos com o Exército. A redução de gastos decorrentes da produção verificada permitirá, é evidente, convocação de maiores efetivos.

Ponto 5 — Cooperar de Maneira mais Acentuada na Construção de Rodovias e Ferrovias:

Aumentando, substancialmente, o número de Batalhões Rodoviários e Ferroviários para operarem, sobretudo, nas vias de penetração. Será medida que barateará, consideravelmente, o custo das rodovias e ferrovias.

Ponto 6 — Servir de Base à Estruturação da Defesa Nacional, Dentro das Forças Armadas:

Preparando-se técnica e materialmente para a execução dessa função básica.

III — SUGESTÕES PARA REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO

Para que o Exército possa cumprir, com eficiência, dentro dos pontos acima citados, o seu verdadeiro papel no quadro social brasileiro, deve-se encarar as seguintes observações e modificações na sua estrutura:

1) *Preparo profissional e missão do oficial.*

Observemos, dentro da realidade brasileira, a magnitude da missão dos quadros de oficiais e a diferença de preparação que devem ter em relação aos dos outros Exércitos.

Nos Exércitos dos países adiantados o conscrito é recebido, na convocação, possuindo uma tradição de trabalho, quer por tradição de família quer por vocação já exercitada dentro de métodos modernos; tendo educação moral e consciência cívica formada; sendo alfabetizado, como índice mínimo de cultura; apresentando preparo físico do ciclo juvenil de educação física. O papel dos oficiais é, simplesmente, técnico e resume-se em adaptar os homens às especializações militares.

No Brasil é regra geral receber-se, na convocação, um conscrito sem noções de educação moral e cívica, analfabeto ou quase nessa situação, subnutrido e sem preparação física e, normalmente, sem tradição de trabalho, dizendo-se agricultor ou lavrador (cerca de 80% dêles) sem nada saber do amanho da terra.

Em face desse antagonismo de situação da "massa a ser trabalhada" é evidente, lógico e racional que o oficial brasileiro deve ter preparação, cultura e missão diferentes daquelas que são dadas aos seus similares nos países adiantados ou de características diferentes. Ele deve ser, simultaneamente:

Técnico militar;
Administrador;
Educador;
Bandeirante moderno.

Para obter-se quadros de oficiais capacitados ao exercício de funções tão delicadas e complexas é necessária a reestruturação dos quadros nos moldes seguintes:

a) *Criação do quadro de oficiais oriundos da tropa.*

Quadro de formação pouco dispendiosa pelo aproveitamento dos atuais sargentos com mais de dois anos de serviço possuidores do curso ginasial e dos voluntários entre 18 e 22 anos possuidores do mesmo curso que "assentarem praça com destino ao oficialato". Estes últimos farão os cursos de cabo e de sargento nas unidades de tropa, onde, como sargentos deverão permanecer dois anos. Os que não conseguirem atingir o oficialato poderão permanecer na tropa ou ser licenciados para a reserva. Todos os habilitados ao oficialato, depois de um ano de "Curso especial" nos C.P.O.R., serão declarados Aspirantes a Oficial, posto em que permanecerão por um ano. Terão acesso controlado por anos de serviço (seis anos em cada posto, até Capitão). Ingressarão no oficialato superior mediante curso de especialização (Recrutamento, Legislação, Tesouraria, Almoxarifado, Colonização, Burocracia, etc.). Terão como limite de acesso na ativa o posto de Tenente-Coronel e com mais de 30 anos de serviço poderão ser transferidos para a reserva com vencimentos do posto imediato. O acesso nos postos superiores será de cinco em cinco anos. A exigência da permanência do candidato a oficial durante dois anos como sargento no Corpo de Tropa assegurará manutenção de efetivos completos de sargentos capacitados nas unidades.

b) *Modificação do Quadro Acadêmico.*

Quadro altamente selecionado e custoso. Deve ser constituído pelos egressos da Academia Militar com quatro anos de curso (dois anos de curso fundamental e dois anos de curso especial militar),

destinados aos comandos superiores e aos estados maiores. Devem seus componentes ter acesso mais rápido e equilibrado que no atual quadro. Há que processar-se substancial redução do número de alunos da Academia Militar, pois o quadro de subalternos será preenchido na sua maioria, com oficiais do quadro de oriundos da tropa. Esta redução importará em razoável economia.

c) *Criação do quadro de oficiais agrônomos.*

Recrutamento mediante concurso entre os egressos das Escolas de Agronomia de nível superior. Farão parte dos estados-maiores das unidades colônias e serão instrutores da especialidade e responsáveis pela produção agrícola. Deverão ter acesso, como os oficiais oriundos da tropa, isto é, promoções de seis em seis anos como subalternos e Capitão e de cinco em cinco anos nos postos superiores até Tenente-Coronel. Vencimentos do posto imediato, na transferência para a reserva, depois de 30 anos de serviço.

Criação dum quadro de Sargentos Capatazes rurais por concurso entre os egressos das Escolas de Capatazia rural. Serão os auxiliares imediatos dos oficiais agrônomos.

d) *Reajustamento no quadro Veterinário.*

Adaptar o quadro às necessidades oriundas da colonização militar.

e) *Reajustamento no quadro de Intendência.*

Reorganizá-lo tendo em vista a colonização militar e a absorção de parte dos oficiais superiores do quadro de oriundos da tropa.

2) *Instituição do Serviço sob Bandeira diferente do atual.*

É necessária a criação da "Lei do Serviço Nacional" para conscritos e voluntários com o duplo fim de dar e receber:

— Dar: Sangue (quando preciso) e trabalho (temporariamente).

— Receber: Educação, instrução militar, preparação agrícola ou industrial e sua parte na terra, quando desejarem adquiri-la.

O Serviço será exigido para os convocados e facultado para os que não prestam ou já prestaram serviço militar. Dêsse modo, objetivava-se o aproveitamento, na agropecuária e na indústria, de centenas de milhares de jovens brasileiros e mesmo de homens maduros que vivem no interior do País sem possibilidade de elevarem seus padrões de vida pela inexistência de condições de saúde ou de trabalho remunerado.

3) *Criação da "Colonização Militar" em função da "Lei do Serviço Nacional".*

A "Colonização Militar" compreenderá:

a) *Colônias Fixas.*

Granjas ou Fazendas devem ser organizadas em todos os Quartéis ou Guarnições do interior. Os corpos de tropa das Capitais destinar-se-ão, mais particularmente, à formação de especialistas. Nas Granjas ou Fazendas, organizadas nas atuais "Invernadas" ou formadas em terras desapropriadas nas circunvizinhanças dos Quartéis, visar-se-á a produção intensiva com a mão-de-obra do pessoal convocado oriundo do meio agropecuário ou que se destine a êsse meio. Essa produção terá por fim abastecer, pelo menos em parte, as unidades de tropa. Ministrará-se-á nas unidades do interior instrução agrícola, paralelamente à instrução militar de 1ª categoria. Regime que deve ser adotado: um mês de adaptação, 5 meses de instrução e trabalhos agropecuários, de artesanato ou pequena indústria, cinco meses de instrução militar e um mês de manobras (treinamento dos quadros nos comandos). Alternância da instrução por subunidades. Duração do serviço: um ano. Todas as unidades do interior que constituírem "colônia" terão estado-maior integrado por oficiais agrônomos e veterinários que serão auxiliados por sargentos capatazes ru-

rais, sendo todos responsáveis pela instrução agropecuária e pela produção. Os conscritos, durante o tempo que estiverem recebendo instrução agropecuária, deverão ficar instalados em ambiente rústico análogo ao das Fazendas comuns.

b) *Colônias de Penetração.*

Serão constituídas por grupos de 200 a 300 famílias chefiadas por conscritos casados e voluntários na mesma situação até 50 anos de idade, todos de preferência originários do Estado ou região geográfica em que fôr instalada a colônia. Esse tipo de colônia será articulado com unidades rodoviárias ou ferroviárias (Batalhões) que trabalharão dentro do "Plano Geral de Viação Nacional". Elas deverão ser sempre ligadas aos grandes eixos de escoamento da produção ou aos grandes centros de consumo. (Observe-se o esboço n. 1 anexo). A instrução e a prática agropecuária será o escopo fundamental da organização. O regime militar é, apenas, destinado a reter os homens, nos locais em grupamento disciplinado. Receberão apenas 1 uniforme e várias "sungas" de trabalho. Regime que deve ser adotado: faíla comum de rotina nos trabalhos agropecuários; instrução militar de 3ª categoria, reduzida a ordem unida uma vez por semana e tiro ao alvo uma vez por mês, educação moral e cívica nos dias de ordem unida (instrução militar reduzida ao estritamente necessário para que os homens se compenetrem que estão sujeitos ao regime militar). Estas colônias de penetração serão verdadeiras "Bandeiras" modernas; serão instaladas, inicialmente, de maneira rudimentar e melhoradas e ampliadas progressivamente até que se transformem em "Vilas" (ver esboço n. 2). O tempo de serviço para os voluntários ou para os conscritos que optarem por colônia de penetração será de três anos. Haverá aquisição da terra mediante desconto de pequena taxa sobre os vencimentos mensais e a venda só será permitida 10 anos após a aquisição. Os comandantes de colônia se-

rão assessorados por estado-maior técnico especializado (oficiais agrônomos, veterinários, nutricionistas, higienistas, etc.). Nestas colônias serão encarados, além do trabalho, o convívio social, a educação do homem e da família, os divertimentos e a religião. O Esporte será orientado dentro de "Associação Atlética". Após três anos (período em que o novo trecho de estrada de penetração — 100 a 150km — estiver construído), a colônia será "licenciada" e transformada em "Vila" pela eleição, das autoridades necessárias, dentre os membros da própria colônia; nessa oportunidade serão integradas na "Vila", na proporção de 1/6 a 1/10, famílias de colonos estrangeiros especialmente selecionadas para serem adaptadas ao meio e absorvidas pela maioria. Desde o início da instalação da colônia haverá obrigatoriamente montagem de estação rádio, preparo de campo de aviação e instalação de Escola.

4) *Criação de Batalhões Rodoviário e Ferroviários.*

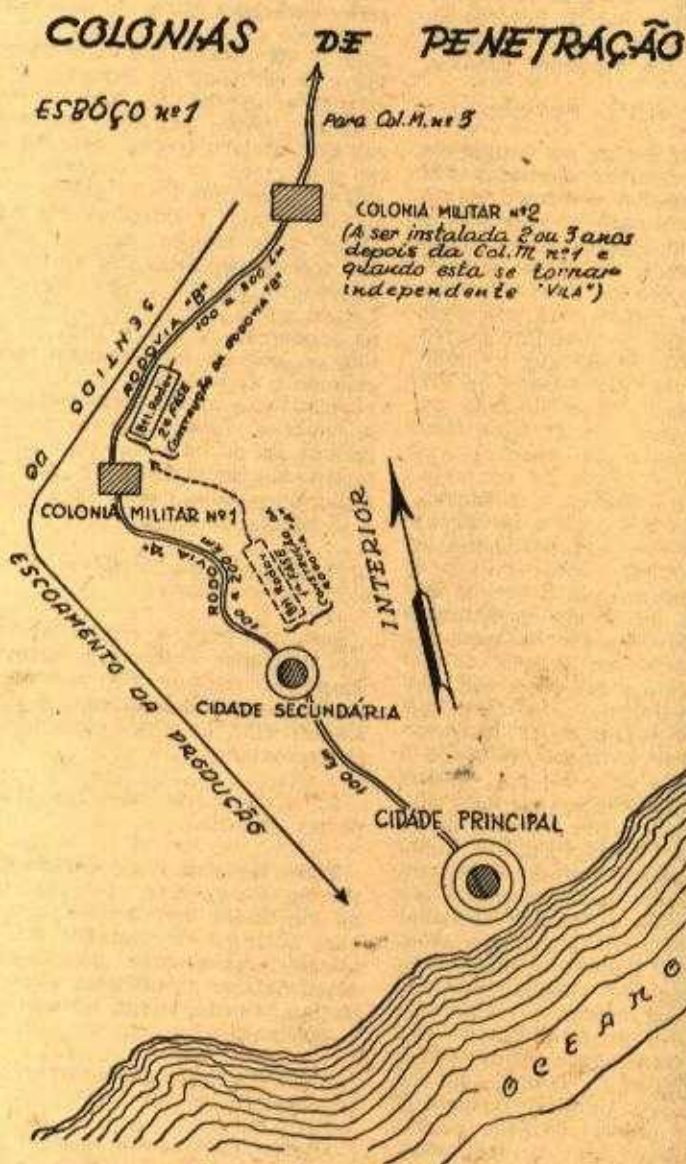
Será necessária a criação de tantos Batalhões Rodoviário quantas forem as colônias de penetração previstas e de acordo com a espécie do eixo escolhido (rodoviário ou ferroviário).

5) *Criação de unidades transportes fluviais.*

Pode, também, ser encarada dentro da Engenharia, a organização de "unidades transportes fluviais" para atuarem em benefício de "colônias de penetração" que sigam o curso de rios navegáveis. Essa organização pode, talvez, ser entregue à Marinha.

6) *Criação do Departamento de Colonização Militar.*

Órgão de categoria superior destinado a dirigir, coordenar e administrar os Serviços de Colonização Militar. Subordinado ao Ministério da Guerra e ligado, diretamente ao Ministério da Agricultura.



7) *Subordinação da Diretoria Geral de Remonta ao Departamento de Colonização Militar.*

Essa subordinação justifica-se pela necessidade de serem transformadas tôdas as Coudelarias Nacionais em Colônias Militares Fixas com ampliação das atividades ora nelas desenvolvidas. A Coudelaria Nacional do Saican, no Rio Grande do Sul, por exemplo, dada a sua importante situação estratégica e em função da enorme área (doze léguas de sesmaria) situada entre os rios Santa Maria, Ibicuí e Capela, comportaria um verdadeiro "Grupamento de Colônias fixas" dentro de um "Grupamento Tático" com as seguintes localizações:

Sede da Coudelaria: Unidade de Infantaria.

Capela (vila): Unidade de Cavalaria.

Estação Corte: Unidade de Artilharia.

Estação S. Simão: Unidade Blindada.

A Sede da Coudelaria e Vila Capela (margem direita do rio Capela) ficam situadas à margem da rodovia Rosário-Alegrete e as Estações Corte e São Simão são intermediárias entre Cacequi e Rosário na linha da Viação Férrea.

8) *Criação de Postos de preparação da terra e curso livre de tratoristas.*

Tais Postos e Cursos, visando a mecanização progressiva da lavoura devem ser estabelecidos em tôdas as colônias fixas; destinam-se os cursos aos conscritos ou civis que o desejarem; os Postos têm por fim preparar terras para cultura pelo preço de custo e atuarão dentro de um raio de 20 a 30km em torno das unidades do interior onde serão sediados para facilitarem

o desenvolvimento dos "cinturões verdes".

9) *Criação de Escolas Regimentais Profissionais.*

Serão organizadas em tôdas as colônias fixas visando o ensino primário e o profissional. Destinar-se-ão à alfabetização ou ampliação dos conhecimentos dos conscritos e, sob forma de internato, para meninos comprovadamente pobres e menores abandonados que serão encaminhados na agricultura, na pequena indústria e no artesanato. A direção dessas Escolas caberá a oficiais que serão auxiliados por sargentos e praças selecionadas.

10) *Amparo ao oficiais e sargentos.*

a) Deve ser executada a compra imediata de casas ou apartamentos para todos os oficiais e sargentos, a fim de serem alugados por preço razoável, proporcional aos vencimentos. É auxílio muito eficaz como parte de aumento de vencimentos e permanecerá como importante patrimônio do Estado.

b) Desconto mensal obrigatório nos vencimentos de todos os oficiais e sargentos, de taxa destinada à aquisição da "casa própria" quando da passagem para a reserva. Não é conveniente para o Exército que os oficiais da ativa possuam casa própria (exceto por herança) em virtude da movimentação constante a que estão sujeitos. As importâncias dos descontos seriam recolhidas à "Caixa de Construções de Casas do M.G." e esta subordinada à Diretoria de Obras.

c) Concessão de taxa especial de Colônia. Deverá ser estabelecido como taxa de "colônia de penetração" o *dôbro de vencimentos*, visando compensar aqueles que vão sacrificar o conforto próprio e das famílias em benefício do progresso do Brasil.